

# A CRIAÇÃO DO COMANDO MILITAR DO NORTE NA AMAZÔNIA ORIENTAL: UMA QUESTÃO GEOESTRATÉGICA

Tenente-Coronel Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves

O Tenente-Coronel de Engenharia Hermes foi declarado aspirante-a-oficial em 1996 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Concluiu o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2004 e o de Comando e Estado-Maior em 2014. Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército obteve o grau de mestre em ciências militares, sendo sua dissertação centrada na geopolítica e nos estudos de segurança internacional. Comandou a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, sediada em São Borja – RS, no biênio 2011/12. Atualmente, serve no Comando Militar do Norte (CMN) onde ocupa o cargo de Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior Geral (hlaranja@uol.com.br).



A criação do Comando Militar do Norte (CMN), em acréscimo aos demais comandos militares de área (C Mil A) do Exército Brasileiro (EB), vem se alinhar a outras ações de uma discreta grande estratégia brasileira que vem sendo lenta e gradualmente desenvolvida ao longo das últimas décadas. A implantação do CMN foi levada a efeito pelo EB no ano de 2013, tendo significado a retomada do projeto de fortalecimento da soberania brasileira sobre a Amazônia. Com a repartição das responsabilidades militares entre o Comando Militar da Amazônia (CMA) (porção ocidental) e CMN (porção oriental), o EB, além de outros ganhos geoestratégicos, recobre militarmente as grandes vias de acesso para o interior da imensa área amazônica. Portanto, a região da Amazônia brasileira – por sua vastidão - deve ser pensada (e defendida) partindo justamente de duas direções estratégicas distintas: uma norte-ocidental e outra oriental. Tais condicionantes geográficas, além das geopolíticas, históricas e culturais deverão pautar qualquer planejamento estratégico

nacional, independentemente do tipo de agressor que venha a desafiar a soberania brasileira sobre a vasta região.

Desde a chegada dos primeiros europeus à foz do Rio Amazonas, os exploradores se deslumbraram com o pujante cenário que se apresentava. Ainda pouco acostumados com a forte luminosidade das latitudes equatoriais e impressionados com isso, com o calor extremo e a forte umidade, logo passavam a sonhar com riquezas, utópicas ou reais, que pensavam estar sob aquele denso e extenso manto vegetal com o qual se depararam.

A cobiça foi tão intensa e disseminada que, não só entre ibéricos, britânicos ou franceses, mas por todo o velho mundo não demoraram a surgir mitos como o do Eldorado, o da Ilha Brasil, ou, ainda, o das amazonas [1].

O certo é que, por sua natureza aventureira, os portugueses, com homens como Pedro Teixeira, Antônio Raposo Tavares, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhangüera) e outros desbravadores, ainda durante a União Ibérica entre Portugal e Espanha (1580-1640), começaram a deixar trilhas, colônias e fortificações pela vasta região amazônica.

A partir da efetivação da posse da Amazônia pela expedição de Pedro Teixeira, finalizada em 1639, Portugal lançou as bases do que seria visto posteriormente como uma estratégia muito bem-sucedida. Tratava-se de povoar as áreas demarcadas nos séculos XVII e XVIII, garantindo juridicamente o reconhecimento de fronteiras, por meio do consagrado princípio do *uti possidetis*.

Uma grande dificuldade para a ocupação do vasto território amazônico residia na manutenção das linhas de comunicação entre os destacamentos populacionais interioranos e os centros urbanos litorâneos. Como



Fonte: Museu Histórico do Pará (tela de Antônio Parreiras)

A Conquista do Amazonas (óleo de 1907)

resultado, houve a evolução das expedições de desbravamento, pelos exploradores iniciais, dando lugar às “monções do norte”, viagens fluviais regulares para garantir a posse portuguesa da vasta Amazônia (GÓES, 1991, p.94).

Posteriormente, nas lutas pela independência, o Império do Brasil teve grande dificuldade em manter a integridade territorial, especialmente, por conta das grandes distâncias entre o poder central no Rio de Janeiro e as províncias lusitanas que não aderiram, de imediato, à emancipação política. Dentre elas destacamos a Província do Grão-Pará, que abrangia boa parte da atual Região Norte do país.

A confirmação da independência brasileira na Amazônia e, em especial, na sua porção oriental, só adveio com o que chamaríamos, hoje, de projeção de forças navais, no que se considera uma das ações iniciais da Marinha do Brasil. A ação das forças navais do Império em 1823, forçando a expulsão das forças militares lusitanas da capital da província, e a consequente adesão do Grão-Pará ao resto do Brasil, demonstrou a importância estratégica da localidade para o controle da região.

Com a consolidação da independência, o Império enfrentou uma de suas maiores rebeliões internas justamente no Grão-Pará. A chamada Cabanagem, que pode ter custado ao Brasil entre 30 e 40 mil mortos, a

maioria por dificuldades devidas ao conflito civil, demorou quase uma década para ser efetivamente debelada.

Posteriormente, o Império ampliou o controle estratégico sobre a Amazônia, com a criação da Província do Amazonas (1850) e o enfrentamento das pressões internacionais para a livre navegação do rio Amazonas. Tal questão se não chegou a ser um dos grandes litígios internacionais do Brasil, tinha importância por colocar o país em rota de colisão com a futura superpotência mundial: os Estados Unidos da América.

Na virada do século XX, as Amazônias, Ocidental e Oriental, sofreram forte influência do ciclo da borracha, que trouxe grande riqueza para seus centros urbanos, sem trazer desenvolvimento e progresso duradouros para a maioria dos habitantes. Com o advento da IIª Guerra Mundial, renasce a busca pelos produtos amazônicos em prol do esforço de guerra nacional, com destaque para a busca do látex pelos soldados da borracha, mas novamente sem benefícios a longo prazo.

Em meados do século XX, sobretudo a partir da série de governos militares, o Estado brasileiro lançou programas para integrar o espaço amazônico ao Centro-Sul, porção mais desenvolvida do país. Foi a época dos grandes projetos rodoviários, seguidos pelo incentivo à migração – sobretudo originária da populosa região Nordeste do Brasil, e dos grandes projetos industriais.

Sobre a Amazônia Oriental, esta região apresenta grande complexidade, tanto na dimensão física, quanto na humana, destacando-se, ainda, pela presença de diversas estruturas estratégicas (usinas hidrelétricas, províncias minerais, ferrovias e hidrovias de grande extensão, portos de águas profundas).

Com isso, surge a necessidade de defesa dessa variada malha programada estratégica (BECKER e EGLER, 1993, p.145), de grande valor econômico, espalhada pela vastidão do leste da Amazônia e de difícil proteção. Somente na segunda metade do século XX é que ocorre a promoção estratégica da área amazônica à condição de grande comando operacional, inicialmente centrado em Belém/PA (1956) e posteriormente em Manaus/AM (1969).

Com a publicação do Decreto nº 6.703, de 2008, que trata da Estratégia Nacional de Defesa (END), ficou patente a necessidade de adensar mais forças tanto nas áreas de fronteira, quanto na região das Amazônias. Em consequência, para dar cumprimento ao estipulado no decreto, e com o correto entendimento dos imperativos históricos e geográficos da região, o EB criou, em 2013, o CMN, com sede na foz do Amazonas, na estratégica cidade de Belém.

O projeto de criação do CMN representa o reconhecimento da importância de uma área cuja defesa e desenvolvimento são vitais para o fortalecimento nacional. Tudo isso estaria sendo conduzido, lenta, mas gradualmente, e a despeito de todos os óbices, na forma de uma estratégia nacional, ou grande estratégia, de longo prazo e pensada por nossos antepassados.

## GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA E A ESTRATÉGIA NACIONAL

O ambiente acadêmico brasileiro, durante muito tempo, produziu bem poucos estudos sobre temas relacionados ao que os pensadores da perspectiva realista costumam chamar de alta política. Sobre o assunto, o estudioso vai pesquisar sobre os temas que teriam grande influência na manutenção do poder de um Estado, tais como: a estratégia, os estudos de segurança, a geopolítica, entre outros, todos de vital importância para a manutenção do poder e a consecução dos objetivos nacionais de um Estado.

Voltando à carência de trabalhos nacionais sobre “Estudos da Paz e da Guerra” é

bom que se diga que tivemos grandes estudiosos da geopolítica no país: Everaldo Backheuser, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, sendo que todos esses pioneiros tinham origem militar. Mais recentemente, com pensadores de origem não-militar, destacamos: Carlos Delgado de Carvalho, Therezinha de Castro, Wanderley Messias da Costa e

**A criação do Comando Militar do Norte representa o reconhecimento da importância de uma área cuja defesa e desenvolvimento são vitais para o fortalecimento nacional, na forma de uma estratégia nacional ou grande estratégia de longo prazo e pensada por nossos antepassados.**

André Roberto Martin.

Em todos eles está presente a preocupação do papel do Brasil, bem como a sua inserção no “grande jogo” internacional. É importante que não percamos de vista que a maior parte da pesquisa na área temática teve origem nos já citados pesquisadores militares, baseados na Escola Superior de Guerra (ESG).

Foi no trabalho dos geopolíticos pioneiros que se buscou a base para diversas ações estratégicas do Estado brasileiro no século passado, que resultaram, por exemplo, na criação do PROANTAR - programa antártico brasileiro (proposta defendida por Therezinha de Castro) - ou ainda no Programa Calha Norte



(proposta defendida, entre outros, por Meira Mattos). Ambos tiveram na ESG o cadinho onde foram forjar as propostas teóricas, transformadas posteriormente em geoestratégias, a serem materializados pelo poder nacional.

É na ESG que vamos buscar um entendimento epistemológico para o que seria uma estratégia nacional. É a mesma conceituação listada pelo Manual MD 30-M-01, Doutrina de Operações Conjuntas, que afirma que “estratégia nacional seria a arte de preparar e aplicar o poder nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os objetivos estabelecidos pela política nacional” (BRASIL, 2014a, p.62 e BRASIL, 2011, p.93).

Pelo Manual de Campanha C 124-1 Estratégia seria a arte de preparar e aplicar o poder para, superando óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política (BRASIL, 2004, p.1.4). O mesmo manual menciona o termo estratégia nacional, ou grande estratégia, que seria um alargamento do termo original, significando uma estratégia maior, que coordenaria todo o esforço nacional e subordinaria a arte do general para vencer a guerra.

Entretanto, o documento não deixa claro que a estratégia nacional, no sentido de grande estratégia de um Estado, é um conjunto de temas de todas as expressões poder nacional, e não apenas da militar. Com isso, podemos concluir que a END, recentemente atualizada, nada mais é que uma geoestratégia do Estado brasileiro para o setor da defesa nacional.

É o que afirma Williamson Murray e outros autores anglo-saxões. Segundo Murray, toda grande potência e poucas potências médias pautariam suas ações internacionais por meio do que chama de grande estratégia, que se confunde ora com as políticas de Estado, ora com a estratégia militar ou ainda com estratégias setoriais para atingir este ou aquele objetivo nacional específico. Na verdade, para Murray a grande estratégia abarcaria, simultaneamente, tudo isso visando a consecução de objetivos estatais de longo prazo (MURRAY et Al, 2011, p.1 a 3).

É bom que se reforce que na hierarquia dos níveis de análise estratégica, a grande estratégia, no Brasil conhecida como estratégia nacional, estaria situada no topo, composta pelas diversas políticas nacionais setoriais (de defesa, diplomática, econômica, tecnológica), sendo uma prerrogativa quase que exclusiva do nível político.

No Brasil, em contraste com outras potências, consagradas ou em ascensão, não há uma concepção de segurança nacional, ou ainda uma doutrina de segurança nacional que reúna as diversas políticas e objetivos setoriais do poder nacional. Segundo a visão deste autor, ela até existiria, mas de forma embrionária, na Política Nacional de Defesa, faltando a articulação e a concatenação com as demais políticas setoriais.

Cabe complementar que a grande estratégia, para ser bem elaborada, terá que ter intensa relação com a situação geopolítica, ou seja, com a geopolítica clássica, que forneceria os imperativos geográficos (e históricos) de determinado Estado. Tais ferramentas, corretamente utilizadas, forneceria à liderança política, ou seja, os agentes históricos, os meios de priorizar políticas, levando em conta as opções político-ideológicas, as geoestratégias cabíveis. Estas seriam o conjunto de ações para alocar recursos que possibilitem a obtenção dos objetivos estatais na esfera internacional (BRANDS, 2010, p.60).

A seguir, apresentamos algumas definições para o que seria uma geoestratégia: para Brzezinski, seria “a gestão estratégica dos interesses geopolíticos” (BRZEZINSKI, 1998, p.19); já no entender de Meira Mattos, a geoestratégia seria “a estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela geopolítica (às áreas consideradas críticas) (MEIRA MATTOS, 2011b, p.223); e na visão de Tosta, seria “o estabelecimento de diretrizes para uma política de segurança nacional, baseado nas realidades geográficas” (TOSTA, 1984, p.31).

Diversas potências ao longo da história demonstraram, por sua trajetória, estarem cientes de que usavam o poder nacional, de modo judicioso, para atingirem seus

objetivos. Mesmo sem ter o entendimento contemporâneo do repertório das ações estratégicas, podemos citar Portugal, que, modesto na Europa, possuía exuberantes territórios coloniais.

### A GRANDE ESTRATÉGIA DE PORTUGAL PARA A AMAZÔNIA

A partir do século XV, Portugal, devido ao seu pequeno território e ao seu limitado estoque de recursos humanos e naturais, apostou nas navegações para expandir seu poderio comercial e, posteriormente, diplomático-militar. Logo, o pensamento estratégico que resultou no Império Ultramarino Português visava buscar nas Américas, Ásia e África a pujança territorial que lhe faltava em solo europeu.

Deixando de lado outras expressões da grande estratégia para o ultramar português, é necessário focar nas suas geoestratégias para a Bacia Amazônica. Nesta porção da maior colônia portuguesa, antes do povoado, veio a fortificação, estrategicamente selecionada pelos lusitanos para vedar o acesso estrangeiro a seus territórios, então ainda reivindicados no Novo Mundo.

O século XVIII foi profícuo em ações governamentais da Coroa portuguesa que impactaram diretamente o espaço amazônico. Destacamos, por seu relevo, a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759, o que causou a transferência de diversas missões religiosas para a esfera estatal. Outra medida do mesmo período, extremamente importante para manutenção da atual soberania sobre a Amazônia brasileira, foi a proibição do uso da “língua geral” (*nheengatu*), forçando o uso do português nas transações cotidianas (GÓES, 1991, p.118).

Um ponto que denota a visão estratégica de longo prazo da referida Coroa diz respeito à seleção dos pontos de ocupação humana na Região Amazônica ao longo da calha dos rios. Não é por acaso que cidades como Belém, Macapá, Manaus e outras localidades esparsas nasceram ao longo do curso do Amazonas e seus grandes afluentes. É bom realçar que, em paralelo a esse trabalho de colonização, os portugueses realizaram um

meticuloso esforço de cartografia dessas regiões colonizadas.

Tais decisões estratégicas foram essenciais para a consolidação das fronteiras amazônicas brasileiras, uma vez que, à época, a escassez de recursos humanos forçaria a criação de núcleos urbanos ao mínimo necessário.

Em reforço a essa ideia, Góes destaca que as capitais dos territórios criados pelo Governo Federal em 1943 (Guaporé, Rio Branco e Amapá), “para dar assistência federal mais direta às áreas amazônicas mais distantes e necessitadas”, situam-se bem próximas dos sítios dos fortes inicialmente lançados por Portugal, respectivamente: Príncipe da Beira (Porto Velho), São Joaquim do Rio Branco (Boa Vista) e São José de Macapá (Macapá). Tais escolhas estratégicas, longe de serem coincidências, podem ser notadas em outros núcleos urbanos como São Gabriel da Cachoeira, Mariuá (Barcelos) e Lugar da Barra (Manaus) (GÓES, 1991, p.119).

Focando na Amazônia Oriental, Belém e Macapá, para citarmos apenas dois exemplos, cresceram, respectivamente, a partir do Forte do Presépio (1616) e do Reduto e, posteriormente, Fortaleza de São José de Macapá (1764). Portanto, a localização das capitais dos Estados do Pará e do Amapá atenderam já naquela época a pressupostos estratégicos do governo português.

Macapá situa-se no ponto lógico que obsta o acesso irrestrito à calha do Rio Amazonas por via marítima. Além disso, Macapá é a base logística que permite a projeção da atividade estatal brasileira até a fronteira com a França, no Rio Oiapoque.

Já Belém, além de ser o núcleo populacional mais antigo da área, tendo ainda ligações terrestres com outras áreas vitais do poder nacional, também impede o acesso ao *hinterland* [2] amazônico, agora pelas calhas dos rios Araguaia e Tocantins.

Resta dizer que a presença militar na Amazônia, sempre em defesa dos interesses nacionais, vem ocorrendo paralelamente à ocupação de populações luso-brasileiras, desde o século XVII. É importante chamar atenção para o fato de que atualmente, a

maioria das cidades acima mencionadas possui uma significativa guarnição militar do EB (todas possuem no mínimo uma unidade ou grande unidade militar) [3].

Desde que o Estado português decidiu ocupar a bacia hidrográfica amazônica foram traçados objetivos de longo prazo para a consolidação desse intento. A partir daí, a Coroa portuguesa lançou ações governamentais para atingir seu objetivo essencial: o fortalecimento do Império Ultramarino Português (parte da grande estratégia portuguesa).

Posteriormente, com a emancipação da metrópole ibérica, o Império e depois a República brasileira reciclaram as diversas geoestratégias originadas do período colonial para a atualidade. Desse modo, podemos citar: a fundação de novos núcleos habitacionais, a abertura de ampla rede de rodovias, a vivificação das fronteiras demarcadas, a viabilização dos grandes projetos de desenvolvimento e o fortalecimento da presença militar.

### A AMAZÔNIA ORIENTAL E A ESTRATÉGIA NACIONAL BRASILEIRA

No que tange à importância geopolítica da área, a Foz do Rio Amazonas é parte importante do entorno estratégico brasileiro. Além disso, pela ausência de infraestrutura, relativo vazio demográfico e afastamento do centro-sul do país, é uma área que apresenta grande vulnerabilidade estratégica.

Para Friedman, um conhecido defensor dos imperativos geográficos no destino dos países, o Brasil precisa superar, provavelmente pela obtenção das tecnologias necessárias, a sua complexa realidade geográfica.

Em estudo de 2012, o autor reforça o ponto de vista já consagrado de que o país possuiria a sua *core area*, ou centro vital (o centro-sul do país) desconectado de seu imenso litoral por imensa cadeia de montanhas e da Amazônia por grandes extensões de território (FRIEDMAN 2012).

Do ponto de vista histórico, ao longo do século XX e, sobretudo, a partir dos anos 1950, o Governo Federal preocupou-se em realizar a integração do espaço amazônico às áreas vitais do poder nacional. Tal decisão resultou no fornecimento de forte estímulo a um programa viário para integração da Amazônia, seguida de forte incentivo à migração de populações logo depois da abertura das estradas.

Aproveitando a expansão da fronteira agrícola, que atingiu o centro-oeste na década de 1960, o Brasil lançou a geoestratégia econômica que, tendo seu auge nos anos 1970, pode ser simbolizada pela abertura de diversas rodovias integradoras, viabilizando, posteriormente, uma densa malha de infraestruturas (BECKER e EGLER, 1993). Dentre as rodovias destaca-se a BR-230, mais conhecida como

## Uma ação altamente relevante para a compreensão da atual estratégia de presença militar brasileira nas "Amazônias" são os pelotões especiais de fronteira. Situados nos rincões mais distantes de nossos limites, são os legítimos sucessores dos primeiros redutos militares luso-brasileiros na região.

Rodovia Transamazônica, que, partindo do árido nordeste brasileiro facilitou o desbravamento do sertão verde da Amazônia Oriental através do Estado do Pará, não sem custos ambientais.

Junto com as estradas e os rios cresceram as unidades militares na Amazônia. Originadas em Belém, posteriormente foram multiplicadas para o interior da Bacia Amazônica, nas diversas localidades mencionadas. Neste ponto, convém lembrar a grande coincidência das estruturas militares contemporâneas com os assentamentos

defensivos luso-brasileiros do período da reivindicação colonial.

Uma ação altamente relevante para a compreensão da atual estratégia de presença militar brasileira nas “Amazônias” são os chamados pelotões especiais de fronteira. Situados nos rincões mais distantes de nossos limites, são os legítimos sucessores dos primeiros redutos militares luso-brasileiros na região. Com o advento do CMN, pelotões e destacamentos como Tiriós, Vila Brasil e Clevelândia do Norte receberão atenção maior.

As grandes vias fluviais na Amazônia Oriental, da mesma maneira que suas congêneres na porção ocidental, tiveram importância estratégica no auge da rivalidade com os espanhóis no século XVIII. Tal choque de interesses advindo da imprecisão geográfica amainou com a fragmentação das colônias espanholas e praticamente desapareceu com as demarcações comandadas pelo Barão do Rio Branco no começo do século XX.

Um exemplo significativo foi a recente Operação Terra do Meio executada em julho de 2014 pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI) e coordenada pelo CMN. Ela teve o objetivo de adestrar essa grande unidade, sediada em Marabá, em operações militares baseadas em um expressivo apoio fluvial. As unidades da brigada concentraram-se na região de Altamira, deslocando-se posteriormente pela calha do Rio Iriri, num exercício que envolveu 76 embarcações. Esta marcha para o combate fluvial culminou numa infiltração terrestre de 15 km para atingir o objetivo da operação.

Outra atividade de grande valor para as unidades da Amazônia Oriental, reforçada pela criação do CMN, foram as operações logísticas. Partindo da histórica Belém, as embarcações logísticas da 8ª Região Militar vêm mantendo o fluxo de suprimentos para cidades como Itaituba, Altamira, Santarém e outras, revivendo as históricas navegações realizadas pelos portugueses para sustentar sua soberania na Bacia Amazônica.

Com todo o aparato tecnológico moderno, tanto as jornadas dessas operações de preparo da força quanto o apoio fluvial prestado pelas unidades logísticas evocam as antigas viagens de grandes comboios de canoas, típicas das monções setecentistas que buscaram manter a soberania brasileira sobre a região no passado.

Segundo o General Rocha Paiva, do ponto de vista estratégico, Roraima e Amapá são setores da Amazônia brasileira cuja defesa é “afetada decisivamente por ações bélicas a partir do litoral venezuelano ou guianense, oriundas do Mar do Caribe” (PAIVA, 2013). Tais ameaças, deverão ser enfrentadas tanto por meio de geoestratégias diplomáticas (acordos, alianças) quanto militares (estratégia da dissuasão).

No que diz respeito à Amazônia Oriental, a Foz do Rio Amazonas seria uma das frações do território nacional mais expostas à agressão estrangeira, por conta da proximidade com fronteiras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ainda segundo Rocha Paiva, “a linha entre o Rio Oiapoque e o final da Foz do Rio Amazonas é mais decisiva como



Marcha fluvial da Brigada de Marabá (2014)

As operações de preparo e de emprego executadas atualmente pelas unidades de selva e convencionais do EB e demais forças singulares na Amazônia Oriental – com forte componente fluvial – são operações evocativas de um remoto e importante marco histórico da região. Trata-se das chamadas “monções do norte”, mencionadas por Góes, e que tanto contribuíram para a soberania luso-brasileira na área amazônica a partir do século XVIII (GÓES, 1991, p.94).



atrativo estratégico para a defesa da Pátria do que o seu prosseguimento para o leste até a Baía de São Luís” (PAIVA, 2013, p.37).

Prosseguindo, o autor admite que a concentração estratégica de fortes contingentes expedicionários (extra regionais) nas Guianas é a ameaça mais gritante às fronteiras nacionais. Para tanto, o Brasil não pode descuidar de pensar em meios de “impedir a concentração de forças na fronteira com a França em caso de um conflito com aquele país” (PAIVA, 2013, p.37).

Além disso, a criação do CMN na Foz do Amazonas, conforme estipulado pela END, faz coincidir com os grandes comandos operacionais da Marinha e Força Aérea, respectivamente, o 4º Distrito Naval e o I Comando Aéreo Regional. Com isso, há um favorecimento da execução de operações conjuntas como mais um fator de dissuasão externa, ainda mais porque as ameaças potenciais descritas acima advirão de forças com forte componente marítimo e aeroespacial.

Como visão de futuro, seria desejável o fortalecimento do chamado Sistema Conjunto de Defesa Antiacesso e Negação de Área (SCDANA), cujo componente terrestre seria composto, entre outras capacidades, por baterias e grupos de mísseis e foguetes, conforme abordado pelo Capitão Cezar em seu artigo à página 38 desta edição, relatando o deslocamento estratégico realizado por uma bateria do Sistema Astros, desde o Forte Santa Bárbara (Formosa/GO) até a região do Oiapoque (Amapá). Tal deslocamento, com exercício de tiro ao seu final, ocorreu no âmbito da Operação Foz do Amazonas, um exercício de preparo em defesa externa, conduzido pelo CMN. De sua execução, restou evidenciada a importância dos meios dos modais de transporte logístico.

Tais sistemas de armas estratégicos deverão ser complementados por um sistema de defesa antiaérea adequado, bem como por sistemas navais e aéreos de negação de acesso com alta tecnologia agregada, incluindo, por exemplo, submarinos nucleares e caças de 5ª geração [4].

No caso do Amapá, está sendo criada uma

Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Macapá, como a segunda grande unidade do CMN. Ocorre que, face à realidade estratégica descrita acima, há a possibilidade de forças extra regionais avançarem sobre Macapá para bloquearem a Foz do Amazonas.

Com isso, além do SCDANA, para o futuro, será altamente desejável que essa Brigada receba, além das tropas de infantaria de selva, contingentes de unidades mecanizadas e anticarro, além de numerosos elementos logísticos e de aviação (PAIVA, 2013, p.52). Tudo de modo a facilitar a atuação dessas tropas no vulnerável eixo da rodovia BR-156, especialmente entre os meses de julho a dezembro, o chamado “verão amazônico”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu relacionar o projeto de criação do CMN com o enfoque histórico e as geoestratégias brasileiras para a Amazônia, visando contribuir para o fortalecimento do Brasil como potência regional, aspirante a grande potência, no quadro da geoestratégia militar ora em vigor: a END, atualizada em 2012.

A materialização do CMN representa mais um alinhamento do EB ao preconizado pela END. Denota a importância atribuída a uma área cuja defesa e desenvolvimento são vitais para o fortalecimento do Estado brasileiro. Tal pensamento estratégico estaria sendo desenvolvido nos últimos decênios, lenta, mas gradualmente, apesar das constantes restrições orçamentárias na esfera federal.

No cerne dessa concepção estratégica, a Amazônia Ocidental deve se preparar para ameaças provenientes de forças baseadas na vasta área que engloba a Venezuela e parte das Guianas, bem como das áreas marítimas circunvizinhas. Nesse caso o foco deverá estar nas estratégias governamentais multissetoriais, com ênfase na integração e desenvolvimento sócio-econômico cada vez maior, juntamente com uma estratégia militar com destaque para as capacidades terrestres

Já a Amazônia Oriental, por ter de se preocupar com a defesa da Foz do Amazonas



e suas grandes extensões adjacentes, em sua maior parte cobertas por densa vegetação equatorial, denota uma abordagem não menos complexa. Para esta frente, as ações estatais deverão ser tão variadas e integradoras quanto na porção ocidental. Não obstante, a estratégia militar a ser seguida terá que fazer uso, mais que em qualquer outro local de nosso território, das operações conjuntas. Essas possivelmente terão, inicialmente, grande ênfase marítima e aeroespacial, em fases posteriores precisarão de um componente terrestre.

Logo, conforme abordado no texto, em seus planejamentos futuros, as forças militares nacionais, na defesa da vasta Amazônia, sempre deverão pensar em como dissuadir forças inimigas, extras regionais, e provavelmente muito mais fortes, que se aproximariam por via marítima (franjas das Antilhas e Oceano Atlântico).

Em consequência, como ação mais recente do projeto nacional de presença militar cada vez maior na Amazônia, a implantação do CMN visou à multiplicação da capacidade de projeção de forças, à operação no amplo espectro dos conflitos armados, à presença estratégica da Força Terrestre nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e extremo norte do Tocantins [5], mas sobretudo trata-se de prover equilíbrio estratégico às forças singulares em hipotética crise futura.

O equilíbrio adequado do poder militar dependerá da judiciosa aplicação dos limitados recursos financeiros do Estado em todas as expressões do poder nacional, evitando-se a indesejável concentração apenas na expressão militar, como, por exemplo, ocorre com o programa estratégico Calha Norte,

que, na prática, é responsabilidade exclusiva do Ministério da Defesa, quando deveria ser objeto de ações de todo Governo Federal.

Isso é um dos muitos argumentos utilizados por diversos pesquisadores quando apontam, nos dias de hoje, a quase inexistência de uma grande estratégia, ou estratégia nacional do país. E é bom que se diga que mesmo que ela seja tornada realidade, suas diretrizes terão que vencer dificuldades estruturais de toda ordem como por exemplo: deficiências socioeconômicas, falta de infraestrutura logística, escassez de recursos financeiros, falta de planejamento estratégico de longo prazo nas lideranças políticas, pouco investimento em ciência e tecnologia, entre outras.

Todas as dificuldades apontadas podem ser notadas, em menor ou maior grau, na região amazônica brasileira, com destaque para sua porção oriental. Face a isso, a criação do CMN contribui para a diminuição de parte desse passivo estratégico, sobretudo por meio da execução de diversos projetos estruturantes que possuem abrangência inicialmente militar, mas uma vez iniciados, espalharão benefícios por todos os campos de poder na região.

O Estado brasileiro, até o presente, não demonstrou todo o seu potencial de presença na Amazônia. Para tanto, não bastará deixar as ações ocorrerem ao acaso, mas demandará das lideranças políticas a adoção de uma grande estratégia nacional, formal ou não, com forte participação do Congresso Nacional, que independente de governos, oriente e sustente as diversas geoestratégias necessárias para o fortalecimento nacional a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Great Strategy**. Carlisle (PA), Strategic Studies Institute, US Army War College, 2010. 84p.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 124-1 **Estratégia**. Brasília: EGGCF. 2004.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB20-MF-10.103 **Operações**. Brasília: CDoutEx. 2014b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico I**. Rio de Janeiro; ESG. 2014a. 93p;
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD 30-M-01 **Doutrina de Operações Conjuntas**. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas/Assessoria de Doutrina e Legislação. 2011. 128p
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books.1998. 240p

FRIEDMAN, George. **The Geopolitics of Brazil: an emergent power struggles with geography**. STRATFOR. Austin, 2012. Disponível em <http://www.stratfor.com/sample/analysis/geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle-geography>.

GÓES, Sinésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI. 1991. 200p

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Folha de São Paulo. Série Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. 1999. 452p;

JONES, Steven L. **What is a fifth generation fighter aircraft**. In *The Conversation*. Disponível em <http://phys.org/pdf318069212.pdf>. Último acesso em 21/02/15.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora Moderna/UNESP. 1997. 318p;

MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard Hart; LACEY, James (Ed.). **The shaping of grand strategy: policy, diplomacy, and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 294p;

PAIVA, Luís Eduardo Rocha Paiva. **O jogo de poder na faixa atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus reflexos para a Defesa e a Projeção do Brasil**. 2013. 61p;

TOSTA. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: BIBLIEX.1984. 103p

## NOTAS

[1] Para mais detalhes sugere-se MAGNOLI, Demétrio. O CORPO DA PÁTRIA: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912) e HOLANDA, Sérgio Buarque de. VISÃO DO PARAÍSO: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.

[2] Termo geográfico usado por Halford Mackinder que se refere à área interior, ou central, de determinado território.

[3] À exceção de Barcelos, que é sede de Batalhão de infantaria, todas as cidades citadas sediam brigadas (conjuntos de unidades de armas combinadas comandadas por oficial-general).

[4] Os caças de 5ª geração são os que devem conter todas as seguintes tecnologias: empuxo vetorial, tecnologia furtiva (*stealth*), uso de materiais compósitos, supercruzeiro (obtenção de velocidades supersônicas sem uso de pós-combustores, radares e sensores avançados, aviónica integrada para melhorar a consciência situacional do piloto (JONES, 2014, p.2).

[5] De acordo com o Decreto nº 8.635, de 12 de janeiro de 2016, o CMN tem jurisdição sobre os Estados do Pará, do Amapá e do Maranhão e a área do Bico do Papagaio, que compreende os municípios de Wanderlândia, Babaçulândia e Xambioá, todos pertencentes ao Estado do Tocantins.

